



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
INSTITUTO CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JOHN DOS SANTOS PINHO

**A RELAÇÃO ENTRE O LAZER E O DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA
PROPOSTA TEÓRICO-APLICADO DE AMPLIAÇÃO DO IDH**

**SANTARÉM-PA
2024**

JOHN DOS SANTOS PINHO

**A RELAÇÃO ENTRE O LAZER E O DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA
PROPOSTA TEÓRICO-APLICADO DE AMPLIAÇÃO DO IDH**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, no Instituto de Ciências da Sociedade. Orientador: Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho.

**SANTARÉM-PA
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

P654r Pinho, John dos Santos
A relação entre o lazer e o desenvolvimento humano: uma proposta teórico-aplicado de ampliação do IDH./ John dos Santos Pinho. - Santarém, 2024.
60 p.

Orientador: Abner Vilhena de Carvalho.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.

1. Desenvolvimento humano. 2. Lazer. 3. Medidas. 4. Indicadores. 5. Índices. I. Carvalho, Abner Vilhena de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 612.044



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, na sala 321 – BMT1/ICS – Unidade Tapajós, realizou-se a Defesa Pública da Monografia do acadêmico **JOHN DOS SANTOS PINHO** (matrícula: 201700085), intitulada: **A Relação entre o Lazer e o Desenvolvimento Humano: uma proposta teórico-aplicada**, sob orientação do Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho que compôs a banca examinadora com a Profa. Msc. Leila de Fátima de Oliveira Monte e Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão. O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, do discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para o discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 9,8. Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pelo discente.

Dr. Abner Vilhena de Carvalho – Orientador

Msc. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Membro
da Banca

Dra. Andréa Simone Rente Leão – Membro da
Banca

John dos Santos Pinho – Discente

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que foi uma segunda casa nesses anos, desde o campus Amazônia, até o campus Tapajós onde encerro minha graduação, e também ao Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão - Observatório de Desenvolvimento Econômico, Social, Territorial e Ambiental (LEPE-ODESTA). Sem a universidade pública e de qualidade, sem o laboratório, todo esse processo seria mais difícil.

Agradeço imensamente ao meu pai Elinaldo, por ter lutado para que eu não passasse necessidades e por ter apostado em mim quando saí de casa para estudar. E principalmente a minha mãe Nelba, que sempre foi minha incentivadora número um, e sonhou para mim os sonhos que ela não pôde realizar. Foram muitos dias de batalha ao meu lado, desde quando sofri um ingrato acidente, até as nossas lutas pessoais, esses anos de curso e todas as noites em claro que passei foi pensando em deixá-la orgulhosa.

Agradeço a minha namorada, Clícia Coelho, que sempre esteve do meu lado nesse curso, sempre gentil e sempre compreendendo meus momentos de estresse, sei que foram dias difíceis pra nós, mas há um valor em tudo o que fazemos. A própria Ciência Econômica uniu nossos destinos, e desde então estamos juntos nessa.

Ao meu professor e orientador, Abner Vilhena, que foi um verdadeiro padrinho nesse curso, desde as primeiras aulas de Macroeconomia I foi um grande incentivador, sempre me instigou a ser melhor, abriu as portas da pesquisa, e criou oportunidades pra que eu me desenvolvesse como economista.

Aos professores de economia, que sempre lutaram por esse curso e permanecem incansáveis nesse árduo trabalho que é ensinar, em especial a professora Auristela Castro, que foi uma professora acolhedora e carinhosa em um marcante período desses anos.

A minha tia Graciete, que torce muito por mim mesmo morando longe, ao meu avô, Manoel, por me ceder um teto nesses muitos anos de estudos, aos meus amigos, Marcos Dezincourt, Adriano Miranda, Gilana Aguiar, que me apoiaram sempre. Sem todos vocês nada disso seria possível.

RESUMO

A presente monografia objetiva analisar o potencial do lazer como uma proposta teórico-aplicado de mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a partir da sua inclusão como uma dimensão essencial para compreender o desenvolvimento humano. Iniciando com a apresentação das ideias de desenvolvimento humano, acompanhado dos relatórios do desenvolvimento e as suas discussões, alinhado a discussão teórica do lazer – conceitos, definições, abordagens e etc., com o objetivo de ampliar o alcance do IDH de forma a incluir o lazer como uma categoria importante para a promoção do bem-estar e para o desenvolvimento humano. Estabelecido o caráter teórico da importância do lazer e sua relação com o bem estar e o desenvolvimento humano a partir de uma revisão bibliográfica. Como resultado, apresentou-se duas propostas de mensuração do lazer direcionando como este poderia compor o IDH enquanto dimensões a partir do uso do tempo, e da oferta de equipamentos, além de suscitar a proposição do lazer enquanto um componente da dimensão saúde.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Humano. Lazer. Medidas. Indicadores. Índices.

ABSTRACT

This monography aims analyze the leisure potential as a theoretical-applied proposal for measuring the Human Development Index (IDH) based on its inclusion as an essential dimension to understand human development. Starting with the presentation of the ideas of human development, followed with the development reports and your discussions, lined up with the theoretical discussions of leisure – conception, definition, approaches and etc., with the objective to expand the IDH range in a way to include the leisure as an important category to promote welfare and to the human development. Settled the theoretical character of the leisure importance and your relationship with the welfare and the human development from a bibliographic revision. As a result, was presented two proposals of leisure measurement pointing how this could compose the IDH as a dimension by the use of the time and the offer of equipment, beyond the proposal of leisure as a component of health dimension.

Keywords: Human Development. Leisure. Metrics. Indicators. Index.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - IDH com a adição da Dimensão Uso do Tempo.....	49
Figura 2 - IDH com a adição da Dimensão Lazer.....	50

LISTA DE SIGLAS

CELAR	Centro de Estudos de Lazer e Recreação
FIB	Felicidade Interna Bruta
FJP	Fundação João Pinheiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano à Desigualdade
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEQV	Índice Econômico de Qualidade de Vida
ILE	Indicador de Lazer Esportivo
ILN	Indicador de Lazer Natural
ILV	Indicador de Lazer Visual
INAI	Índice de Não-Acesso à Informação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
NEF	Núcleo de Estudos do Futuro
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RDHs	Relatórios de Desenvolvimento Humano
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUAS FORMAS DE MENSURAÇÃO	11
1.1 O Entendimento de Desenvolvimento	11
1.2 Os Relatórios do Desenvolvimento Humano	19
1.3 Índice de Desenvolvimento Humano	22
2 DEFINIÇÃO AMPLIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO LAZER	29
2.1 Lazer e Suas Diferentes Concepções	29
2.2 Lazer, Ampliação e Relevância.....	38
3 MENSURAÇÃO DO LAZER E DIMENSÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	44
3.1 A Mensuração do Lazer	44
3.2 O Lazer como Dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano ...	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERENCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como medida do desenvolvimento, em sua perspectiva humanizada tem sido um tema importante nos debates acadêmicos e políticos desde sua introdução em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice sintético, que visa avaliar o bem-estar humano para além do simples crescimento econômico, suscitou profundas e acaloradas discussões sobre as definições e composição das dimensões do desenvolvimento e suas formas de medição com vista ao progresso social.

Ao longo das últimas décadas, o IDH tem sido amplamente utilizado como uma ferramenta para comparar o desenvolvimento entre países, estados e municípios e para orientar políticas de desenvolvimento em nível global, nacional e local. No entanto, apesar da sua ampla utilidade como ferramenta para nortear as políticas públicas, o IDH tem sido objeto de debates e críticas acerca de suas limitações e omissões na captura de todas as facetas do desenvolvimento humano, principalmente porque considera três dimensões do desenvolvimento, uma das principais críticas, surge da ideia de que o desenvolvimento abrange muitas outras dimensões.

Neste contexto, surge a necessidade de explorar novas abordagens teóricas e metodológicas para fins aprimoramento do IDH, incluindo a compreensão de variáveis que tradicionalmente não são contempladas, mas que desempenham um papel importante no bem-estar humano, sem deixar de lado, é claro, todo o aparato teórico e metodológico que o IDH traz desde sua origem até os dias atuais. Uma dessas variáveis é o lazer, que desempenha um papel crucial na qualidade de vida das pessoas, influenciando a saúde física e mental, além de promover a inclusão social e a coesão comunitária como dimensão da cultura.

Esta monografia busca verificar a partir de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, em livros, documentos, artigos e relatórios, o potencial do lazer como uma proposta teórica de mensuração do IDH e de maneira aplicada a partir das propostas de sua inclusão como uma dimensão essencial para compreender o desenvolvimento humano.

Para isso, como primeiro objetivo será realizado um exame do entendimento de desenvolvimento até as ideias atuais do IDH, destacando seus pontos fortes e limitações, como segundo objetivo será verificado a importância do lazer como categoria negligenciada do bem-estar humano. E como último objetivo, serão apresentadas possíveis formas de integração do lazer direcionadas ao IDH, buscando enriquecer sua capacidade de capturar a complexidade do desenvolvimento humano.

Justificado sua importância e ao mesmo tempo a fim de alcançar o objetivo do estudo, após esta introdução, a monografia estrutura-se em 3 capítulos: no primeiro, dentro de uma abordagem do desenvolvimento com vista a perspectiva humana; O segundo a discussão teórica acerca da temática do lazer bem como sua ampliação e, no terceiro, ancorado nos aspectos teóricos abordado nos capítulos anteriores, é feita a proposição nas duas propostas de inclusão das dimensões relacionadas ao lazer, além de suscitar a sugestão do lazer com a dimensão saúde. Ao final encontra-se as considerações finais e as referências.

1. O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUAS FORMAS DE MENSURAÇÃO

1.1 O Entendimento de Desenvolvimento

Ao discutir o desenvolvimento humano dentro da ciência econômica é importante fazer um resgate histórico do que é ou significa desenvolvimento. Para tanto, parte-se de diferenciar desenvolvimento econômico e crescimento econômico.

Segundo Moraes (2009, p. 15) “Um conceito de crescimento econômico é dado pela variação no tamanho do produto nacional bruto do país, PNB (ou renda nacional bruta)”. O crescimento econômico refere-se ao aumento da produção de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo. Em geral, é medido pelo aumento do PNB ou do Produto Interno Bruto (PIB) de um país.

Veiga (2010) ao escrever sobre como pode ser entendido o desenvolvimento, busca classificar essas ideias de desenvolvimento em três tipos de resposta básicas:

A primeira, identificada através de um equívoco, o qual seria tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; e essa visão por mais simplista que seja hoje, permaneceu por muito tempo sendo o entendimento de desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, houve um notável processo de industrialização em vários países, enquanto outros permaneceram subdesenvolvidos, com pouca ou nenhuma industrialização. Durante a década de 1950, muitos países semi-industrializados, experimentaram um crescimento econômico intenso. No entanto, esse crescimento não resultou necessariamente em melhorias significativas no acesso dos pobres a serviços básicos, como saúde e educação, como ocorreu nos países desenvolvidos. Isso levou a um intenso debate internacional sobre o significado de "desenvolvimento" (VEIGA, 2010). Essa visão permaneceu por muito tempo, até o ponto em que o crescimento econômico passou a ser entendido como uma pré condição para o desenvolvimento.

A segunda resposta é a de afirmar que o desenvolvimento não passa de mera ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica; como

destacam as ideias de Celso Furtado (1974), que trata o desenvolvimento como uma invenção da vida contemporânea.

Por sua vez, a terceira, envolve rejeitar aquelas duas opções e buscar argumentar que o desenvolvimento não é ilusório e nem deve ser reduzido a meramente crescimento econômico. Na visão de Veiga (2010) esta abordagem alternativa é a mais exigente, pois é consideravelmente mais difícil de ser seguida. Veiga (2010) apresenta as ideias de Ignacy Sachs e Amartya Sen como possibilidades para o compreender o desenvolvimento, rejeitando o simplismo do crescimento econômico e a ideia de que se trata de uma ilusão.

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que haviam tornado ricas pela industrialização (VEIGA, 2010, p. 18).

Além de observar que as discussões sobre o desenvolvimento partem de um contexto pós guerra, desde a introdução do IDH pelo PNUD, houve uma mudança de paradigma ao evitar a exclusiva ênfase na riqueza econômica como medida de progresso. Se tornou estranho continuar a vincular desenvolvimento apenas ao crescimento econômico. A divulgação do primeiro "Relatório do Desenvolvimento Humano" em 1990 teve como objetivo claro dissipar uma ambiguidade persistente desde o término da Segunda Guerra Mundial, quando a promoção do desenvolvimento, junto com a busca pela paz, se tornou a missão primordial da Organização das Nações Unidas (ONU) (VEIGA, 2010).

Como observado brevemente nos parágrafos anteriores, existem visões diferentes desse desenvolvimento, mesmo que tenha ultrapassado a ideia de se associar ao crescimento econômico. De acordo com Veiga (2010), dentro da segunda visão de desenvolvimento, onde o mesmo é tratado como uma invenção, uma contribuição fundamental é a de Celso Furtado, exploraremos o entendimento de Furtado a partir de sua própria abordagem.

Furtado (2016) no artigo, 'A Superação do Subdesenvolvimento', tratou o desenvolvimento como uma invenção, ao destacar que vai além de uma simples transformação, pois envolve um elemento de intencionalidade. Ele enfatizou que as condições necessárias para que esse elemento se manifeste

historicamente não podem ser reduzidas a 'esquemas formalizáveis'. O autor ressalta que a invenção não é apenas uma resposta a um desafio, mas sim a manifestação de uma possibilidade. Ele diferencia a invenção das mutações que ocorrem na evolução natural, explicando que a inovação humana é impulsionada pela existência de meios que abrem um horizonte de opções, baseados em um excedente de recursos criado pela divisão social do trabalho (FURTADO, 2016).

Quando Celso Furtado (2016) menciona que as condições necessárias para a manifestação do elemento de invenção no desenvolvimento são irreduzíveis a 'esquemas formalizáveis', ele está se referindo ao fato de que essas condições não podem ser simplificadas ou reduzidas a modelos ou teorias que possam ser facilmente formalizados ou padronizados.

Furtado (2016) destaca que o desenvolvimento não pode ser simplesmente enquadrado em esquemas pré-determinados ou formalizações teóricas, pois envolve elementos complexos e variáveis que são únicos e específicos para cada contexto histórico e social. Ele ressalta a importância de reconhecer a singularidade e a não linearidade do processo de desenvolvimento, que não pode ser totalmente capturado por modelos ou esquemas simplificados.

Portanto, ao mencionar 'esquemas formalizáveis', Furtado (2016) está enfatizando a necessidade de considerar a complexidade e a diversidade dos fatores envolvidos no desenvolvimento, que vão além de simples modelos ou teorias padronizadas, em outras palavras, é possível ter a percepção de que Furtado induz que não é possível quantificar o desenvolvimento, pois não é possível capturar a complexidade do processo, como se vê na citação abaixo

Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de se destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75).

Além de classificar o processo de desenvolvimento uma invenção, Furtado (1974) o compreende também como uma espécie de 'ferramenta' que

legítima a perseguição de coisas abstratas como os investimentos, as exportações e o crescimento, tudo isso não conectado às necessidades básicas da coletividade.

É observável nas afirmações de Furtado (2016) que há uma ideia de múltipla dimensão quando se trata do tema desenvolvimento, ao afirmar que há uma não linearidade e de que o desenvolvimento não pode ser reduzido em esquemas prontos, pois parte da complexidade seria deixada de fora.

A terceira visão do desenvolvimento apresentada e discutida por Veiga (2010), é a que foge da ideia de ilusão proposta por Furtado e também daquela de confundir o desenvolvimento com crescimento econômico. A terceira hipótese, que segundo ele, é a mais difícil de ser trilhada porque exige um esforço maior. Nesse caminho do meio, Veiga (2010) discute algumas ideias, mas destaca as que considera mais relevantes. Na perspectiva dele, o autor que melhor apresenta essas ideias é Ignacy Sachs, pois foi “um dos que melhor conseguiram evitar simultaneamente as tentações generosas do otimismo ingênuo e do pessimismo estéril” (VEIGA, 2010, p. 79).

Segundo o Núcleo de Estudos do Futuro (NEF), Ignacy Sachs é um economista Polonês, que se naturalizou cidadão francês. Reconhecido também como ecossocioeconomista, devido à sua abordagem do desenvolvimento como uma mistura de crescimento econômico, melhoria igualitária do bem-estar social e conservação ambiental (NEF PUC-SP, 2015). Ainda segundo o NEF, Sachs também é precursor do termo ecosociodesenvolvimento.

O desenvolvimento pode ser compreendido como sinônimo de crescimento econômico, apresentado pela visão da economia neoclássica, ou como expansão das liberdades do ser, em que limites éticos são carregados para -dentro do debate, redimensionando o próprio caminho que o conceito toma. No entanto ambas as abordagens são limitadas em alguns pontos. A neoclássica por seu reducionismo, estreitando-o a um único fator como justificativa, o de crescer economicamente, sem tomar como relevante a distribuição destes ganhos ou a forma como são alcançados. A teoria de Sen, mais abrangente, redimensiona o motivo que propulsiona o desenvolvimento, porém deixa de fora limites ambientais (NEF PUC-SP, 2015).

Dentro da categoria desenvolvimento é visto que diversos caminhos que pautam a discussão da sociedade e da ciência econômica, mesmo ao

desconsiderar as antigas ideias de crescimento econômico como avanço social. Ao afirmar que a teoria de Sen deixa de fora os limites ambientais, o NEF (2015) já explica que a vertente do desenvolvimento discutida por Sachs foi principalmente a corrente do desenvolvimento sustentável.

As bases referentes à compreensão do conceito de Desenvolvimento Sustentável apareceram em 1972, a partir do conceito de ecodesenvolvimento, que foi introduzido durante o primeiro encontro internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia (CARVALHO; CARDOSO; FROTA, 2022). Essa corrente do desenvolvimento, pautada no progresso sem a destruição ambiental é a mais contemporânea e se debruça sobre os problemas gerados ao meio ambiente.

Na visão de Sachs (2004), em sua obra ao escrever sobre a armadilha da pobreza ao desenvolvimento incluído em países menos desenvolvidos, tem como premissa,

(1) O desenvolvimento é um conceito multidimensional, os seus objetivos são sempre sociais e éticos [...]. (2) Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita; o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental [...]; a necessidade evidente de respeitar equilíbrios macroeconômicos não é motivo para mergulhar no 'curtoprazismo' e na abordagem estritamente orçamentária [...]; (3) na medida em que a oferta de oportunidades de trabalho decente seja o objetivo central do desenvolvimento, a elasticidade de emprego do crescimento deve ser tratada como a variável estratégica fundamental e não como parâmetro resultante de escolha que visam a maximizar a taxa de crescimento do PIB (SACHS, 2004 p. 71).

A prioridade do desenvolvimento, de acordo com o autor, é ofertar aos menos favorecidos, elevando-os a melhores condições e, assim, reduzindo as disparidades dentro de uma mesma sociedade. Para isso, ele destaca os cinco fundamentos do desenvolvimento sustentável: social, ecológico, territorial, econômico e político; e sublinha a necessidade de "um equilíbrio harmonioso entre essas cinco áreas" (SACHS, 2004, p. 14). A seguir, há uma descrição de cada uma:

- a. Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b. Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c. Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d. Econômico, sendo a viabilidade econômica e *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e. Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2004, p.16).

Ao escrever o prefácio de José Eli da Veiga, Ignacy Sachs sustenta que o desenvolvimento sustentável, “a rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo” (VEIGA, 2010, p. 10, prefácio).

Sachs (2004) reconhece a dimensão ambiental do desenvolvimento, destacando tanto a importância dos recursos naturais como fonte de sustento quanto a necessidade de proteger os ecossistemas contra a degradação. Essa dimensão ambiental está intimamente ligada à sua teoria, que defende a necessidade de um desenvolvimento que respeite os limites ambientais e promova a conservação dos recursos naturais. Para além disso, não desconsidera as questões sociais.

Refere-se à dimensão social do desenvolvimento sustentável, destacando como fundamental tanto por razões intrínsecas quanto instrumentais. Quando Sachs (2004) menciona razões intrínsecas, ele está se referindo à importância da justiça social e da equidade em si mesmas. Ou seja, independentemente das consequências práticas, é considerado moral e ético garantir que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades e recursos básicos para uma vida digna. Isso se relaciona com valores fundamentais de justiça e direitos humanos.

Fica compreendido que mesmo que as ideias de do autor se pautem principalmente no desenvolvimento sustentável, não há desconsideração com questões sociais. Um autor que coloca as questões sociais com maior relevância para o desenvolvimento é Amartya Sen, que mesmo não tendo

considerado o fator ambiental como central das suas teorias, é um autor importante nas teorias do desenvolvimento.

As ideias de desenvolvimento de Amartya Sen enfocam em colocar o ser humano em primeiro lugar. “Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele” (SEN, 1999, p. 28). Também há um foco na ideia de que o desenvolvimento só é possível se houver uma ampliação nas liberdades individuais. Pois para ele o progresso pode ser compreendido como um caminho de ampliação das oportunidades efetivas que as pessoas têm. A ênfase nas oportunidades humanas se diferencia das perspectivas mais limitadas de progresso, tais como aquelas que definem o progresso apenas em termos de aumento do produto interno bruto, crescimento de renda pessoal, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (SEN, 1999).

Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais São exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos "fazer» com mais riqueza? Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar (SEN, 1999, p. 28).

É entendido que a intenção por trás do desejo de possuir riqueza ou renda, de acordo com Sen (1999), que o objetivo final não é a riqueza por si mesma, mas a amplitude de escolhas que se pode fazer a partir dela. Em uma afirmativa acurada, o aumento da renda proporciona maior liberdade de escolhas. Não somente através da renda, mas o aumento das liberdades individuais está no cerne da sua teoria do desenvolvimento.

Sen (1999) entende que o desenvolvimento econômico não é apenas sobre crescimento material, mas também sobre garantir segurança econômica. Ele argumenta que a insegurança econômica muitas vezes está ligada à falta de direitos e liberdades democráticas.

O desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões, entre elas a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à

ausência de direitos e liberdades democráticas (SEN, 1999, p. 30).

A Liberdade se relaciona diretamente com a renda, visto que a limitação de renda pode provocar privações de escolhas individuais, um indivíduo com menos renda tem menos liberdade de escolhas e acesso a produtos limitados ao seu poder de compra. Ou seja, a renda está diretamente ligada com a privação de liberdade. Além disso, existem outras formas de privação.

“A visão aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (SEN, 1999, p. 31). Liberdade de ações e decisões está ligado aos fatores externos que podem suprimir a liberdade, ele está tratando sobre qualquer forma de restrição ou coerção que possa ser imposta às pessoas. Porém, a liberdade vai além dessas imposições externas. A renda limitada é uma delas, mas a incapacidade das pessoas é uma forma de suprimir a liberdade.

A incapacidade na tomada de decisão ademais é uma forma de supressão da liberdade discutida por Sen (1999), ele enfatiza que a expansão das ‘capacidades’ é fundamental para o processo de desenvolvimento, argumenta que a política pública pode caminhar no sentido de expandir essas capacidades.

Quando nos concentramos nas liberdades ao avaliar o desenvolvimento, não estamos sugerindo que existe algum "critério" de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas. Dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, frequentemente haverá argumentos em direções contrárias (SEN, 1999, p. 49).

Sen (1999) entende que ao avaliar o desenvolvimento não existe um critério único e preciso, isso dialoga com algumas ideias anteriores aqui apresentadas, onde é entendido que o desenvolvimento é mais complexo e multifacetado.

Em resumo, ser socialmente comprometido implica considerar a expansão da liberdade como fundamental para o desenvolvimento, de acordo com Sen. Isso significa remover todas as barreiras que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas. Embora o crescimento econômico seja crucial para aumentar as liberdades na sociedade, outros fatores como serviços de educação, saúde e direitos civis também são essenciais. A industrialização, avanços tecnológicos e modernização social podem contribuir significativamente para ampliar a liberdade humana, mas esta depende de várias outras influências: (VEIGA, 2010).

Em suma, foi destacada diversas perspectivas sobre o desenvolvimento na ciência econômica, destacando a importância de considerar não apenas o crescimento econômico, mas também questões sociais, ambientais e de liberdade individual.

Um desafio posterior, além de definir o significado de desenvolvimento, é medir esse progresso visto que se trata de algo complexo e de difícil captura. Se seguirmos o viés de Furtado assumimos que não é possível quantificar o desenvolvimento pois não pode ser “enquadrado em esquemas pré-determinados”, se seguirmos o caminho de Sachs, podemos considerar a questão ambiental no processo e mensurá-la, sem desconsiderar o fator social, porém o caminho bem estabelecido na ciência econômica para medir o desenvolvimento humano parte das ideias de Sen, onde suas teorias deram impulso para medir o desenvolvimento humano através de um único índice, o conhecido índice de desenvolvimento humano, o IDH, que por sua vez, é o principal produto dos Relatórios do Desenvolvimento Humano.

1.2 Os Relatórios do Desenvolvimento Humano

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs) são oficialmente reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma iniciativa intelectual autônoma e uma ferramenta fundamental para promover a conscientização sobre o desenvolvimento humano globalmente. A sua independência editorial é assegurada por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. A base fundamental do primeiro RDH, lançado em 1990,

era a de que as pessoas constituem a verdadeira riqueza das nações, um conceito que tem orientado todos os relatórios subsequentes (PNUD BRASIL, 2024).

O RDH foi encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi concebido pelo economista do Paquistão, Mahbub ul Haq em colaboração com Amartya Sen. Com uma extensa quantidade de dados e uma abordagem inicial na avaliação do desenvolvimento, o RDH exerce uma significativa influência nas discussões globais sobre o assunto (PNUD BRASIL, 2024).

Em 1990, com o título “Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano” o primeiro relatório demonstrou em seu capítulo sobre Crescimento Econômico e Desenvolvimento Humano, ênfase na importância de reconhecer que políticas direcionadas apenas ao crescimento econômico nem sempre resultam em melhorias no desenvolvimento humano. Em alguns países, como Brasil, Nigéria e Paquistão, focar principalmente em um crescimento econômico não sustentável pode levar à geração tanto de riqueza quanto de pobreza em proporções alarmantes, podendo até mesmo desperdiçar oportunidades para efetivar o desenvolvimento humano (REZENDE, 2014).

Rezende (2014), apresentou uma análise dos relatórios da década de 1990 com o objetivo de analisar e destacar as abordagens dos RDHs em relação às desigualdades e à pobreza. A autora buscou analisar como os primeiros seis relatórios (1990-1996) que abordam os desafios sociais, políticos e econômicos relacionados às disparidades excessivas que impedem o desenvolvimento humano.

A análise da autora demonstrou que os RDHs abordam a importância de combater as desigualdades locais, regionais, nacionais e internacionais de forma simultânea, considerando as especificidades de cada contexto. Além disso, os relatórios propõem a expansão de ações por parte do Estado, da sociedade civil e de diversas organizações para favorecer a melhoria de capacidades, habilidades e oportunidades para os mais pobres, visando enfrentar os efeitos das desigualdades. Entretanto, de acordo com a autora, “ao se lançar um olhar sobre os relatórios, pode-se, de imediato, julgá-los frágeis, titubeantes e genéricos, notadamente no que diz respeito às causas

de algumas formas de desigualdades” (REZENDE, 2014, p. 139), principalmente se olharmos para a renda, que não considera os bloqueios estruturais, pois abordam várias formas de desigualdades, mas ainda estavam em busca de soluções eficazes para combatê-las, como por exemplo, indicar uma forma de desconcentrar renda.

Para o Brasil, olhando para os relatórios de forma localizada, o PNUD publica todo ano um RDH Global, com temas transversais e de interesse internacional, bem como o cálculo do IDH de grande parte dos países do mundo. Em dias atuais, é publicado em diversos idiomas e em mais de cem países (PNUD BRASIL, 2024).

Além do global, são publicados frequentemente centenas de RDHs nacionais, incluindo os do Brasil. Até hoje, o Brasil produziu quatro RDHs. O primeiro foi feito em 1996, e apresentava um panorama geral sobre as questões sociais no Brasil. O segundo foi o Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2003, que calculou de forma pioneira o IDH para todos os municípios brasileiros. O terceiro, feito em 2005, tratou das questões relacionadas a racismo, pobreza e violência. E o último, em 2009/2010, que discutiu a importância dos valores humanos no alcance do desenvolvimento (PNUD BRASIL, 2024).

Os relatórios reforçam sempre as ideias iniciais do desenvolvimento, aquelas cunhadas por Amartya Sen e executadas por Mahbub ul Haq, e mesmo com o passar dos anos e atravessando processos evolutivos ainda se mantém referenciando o primeiro relatório, no qual as pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Permaneceu em 2010 afirmando que o rendimento é essencial no processo, sem ele, o progresso é dificultado, mas é preciso ver se as pessoas conseguem ter vidas longas e saudáveis, se têm chances para receber educação e se são livres de usarem os seus conhecimentos e talentos para criarem os seus próprios destinos (PNUD RDH, 2010). Isso dialoga diretamente com a expansão das capacidades proposto por Sen (1999), porém nesse contexto, em um relatório que foca em medir o desenvolvimento humano.

O RDH de 2010 reconhece as limitações em medir o desenvolvimento humano, o fato de se basear em médias nacionais, o que

ocultava as assimetrias de distribuição, e a ausência de uma “medida quantitativa de liberdade humana”.

Portanto, o relatório baseia-se em médias nacionais, ignorando disparidades dentro dos países. Não inclui uma medida específica para a liberdade humana. O que dificulta a captura da complexidade que envolve o processo do desenvolvimento, ainda assim, reconhece que os relatórios são um importante passo na medição do desenvolvimento.

Os Relatórios, que são divulgados anualmente, geralmente se concentram em um tema transversal, isto é, um tema que atravessa as ideias de desenvolvimento propostas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual é o elemento central desses relatórios¹.

1.3 Índice de Desenvolvimento Humano

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) representa uma transformação na forma de pensar o progresso da sociedade, embora não abarque completamente a complexidade do progresso humano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao considerar saúde, educação e renda em conjunto, avalia os níveis e avanços, adotando uma perspectiva de desenvolvimento muito mais abrangente do que apenas o aspecto financeiro (PNUD RDH, 2010).

O índice foi construído pela primeira vez, em 1990 levando em consideração três dimensões base do desenvolvimento, PIB per Capita, Expectativa de Vida, Alfabetização de Adultos e Mortalidade Infantil (PNUD RDH, 1990, p. 9, tradução nossa) apesar de quatro variáveis, expectativa de vida e mortalidade infantil são componentes de uma mesma dimensão. Além das dimensões, naquele momento o índice foi calculado usando uma média aritmética simples, ou seja, após transformar cada dimensão do desenvolvimento em índice, o número final do IDH foi o somatório dos índices dimensionais e o resultado da soma dividido pela quantidade de dimensões. Sendo o resultado final uma classificação onde zero representa nenhum

¹ Os relatórios anuais são divulgados pelo PNUD e estão disponíveis em: <https://hdr.undp.org/reports-and-publications>

desenvolvimento humano e um representa o desenvolvimento máximo considerando as variáveis observadas.

O RDH de 1990 definiu o desenvolvimento da seguinte maneira:

um processo de ampliação das escolhas das pessoas. Em princípio, essas escolhas podem ser infinitas e mudar ao longo do tempo. Mas em todos os níveis de desenvolvimento, os três essenciais são que pessoas a tenham uma vida longa e saudável, a adquirir conhecimentos e ter acesso a recursos necessários para um padrão decente de viver. Se essas escolhas essenciais não forem disponíveis, muitas outras oportunidades permanecem inacessíveis.

Mas o desenvolvimento humano não termina aí. Opções adicionais, valorizadas por muitas pessoas, vão desde liberdade política, econômica e social, oportunidades para ser criativo e produtivo e desfrutar de autoestima pessoal, respeito e garantia dos direitos humanos.

O desenvolvimento humano tem dois lados: a formação de capacidades humanas - como melhoria da saúde, conhecimento e habilidades - e o uso que as pessoas fazem de suas capacidades adquiridas - para lazer, por propósitos produtivos ou sendo ativo em assuntos culturais, sociais e políticos. Se as escalas de desenvolvimento humano não equilibrar finamente os dois lados, pode consideravelmente resultar em frustração humana.

De acordo com este conceito de desenvolvimento humano, o rendimento é claramente apenas uma opção que as pessoas gostariam de ter, embora seja importante. Mas não é a soma total de suas vidas. Desenvolvimento deve, portanto, ser mais do que apenas a expansão de renda e riqueza. Seu foco deve ser pessoas (PNUD RDH, 1990, p. 10, tradução própria).

É visto que a ideia por trás do desenvolvimento, ainda que dialogue com a expansão da liberdade de Sen (1999), entende que esse é um lado do desenvolvimento, o outro, tão importante quanto, se trata do que as pessoas fazem com essa capacidade adquirida, a exemplo o lazer e atividades culturais. Se não houver um equilíbrio entre esses dois lados, o desenvolvimento pode resultar em frustração

O processo de aumentar as opções disponíveis para as pessoas. Em sua essência, essas opções podem ser inúmeras e evoluir com o tempo. No entanto, em todos os estágios de desenvolvimento, existem três elementos fundamentais: garantir que as pessoas tenham uma vida prolongada e saudável, capacitar-se com conhecimento e acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno. Se essas opções fundamentais não estiverem

acessíveis, muitas outras oportunidades ficarão fora de alcance. O IDH se propõe medir exatamente esses elementos fundamentais. Apesar de manter o foco nesses elementos essenciais, o índice já passou por um processo evolutivo.

Dentre as mudanças que o índice adicionou historicamente, o relatório de 2010 implementou alterações significativas. Na dimensão da educação, substituiu-se a alfabetização pela média de anos de escolaridade e as matrículas brutas foram reformuladas como anos de escolaridade esperados, na dimensão do rendimento, substituiu-se o Produto Interno Bruto (PIB) per capita pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita, considerando as diferenças entre o rendimento dos residentes de um país e sua produção interna, e por fim, alterou-se a forma de agregação das três dimensões, adotando-se uma média geométrica em vez de uma média simples, refletindo melhor o desempenho geral do país em todas as dimensões (PNUD RDH, 2010).

Além das mudanças nas variáveis, a mudança para a média geométrica se destacou, pois superou as limitações da média aritmética simples, que podia compensar avanços em uma dimensão com retrocessos em outra, permitindo que países com fraco avanço social melhorassem no IDH apenas com avanços econômicos (MONTEIRO, AMARAL, [2015?]) ou seja, “nesse novo procedimento, o desempenho de um país é melhor refletido por progressos harmônicos nas três dimensões” (MONTEIRO, AMARAL, [2015?] p. 24). Esse método inibe que o IDH tenha melhoria significativa de resultado atacando somente uma das dimensões.

Em 2010, foram divulgados também, além do IDH, o ajustamento do Índice de Desenvolvimento Humano à desigualdade (IDHAD), isso significa que cada uma das variáveis que compõe o índice é ajustada para capturar a desigualdade social. Também foi divulgado o índice de Pobreza Multidimensional (IPM), “o índice identifica privações nas mesmas três dimensões que compõem o IDH e mostra o número de pessoas que são pobres (que sofrem um dado número de privações)” (PNUD RDH, 2010, p. 8).

Apesar das mudanças para capturar a complexidade social, se discute há um tempo a inclusão de dados subjetivos para nortear políticas

públicas, como pode ser visto no RDH de 2013, onde é apresentado o caso do Índice de Felicidade Nacional Bruto. É argumentado no relatório que esse tipo de medida não pode ser comparada entre países por ser subjetiva, argumenta que pode ser enganoso recorrer somente a felicidade para nortear políticas, porém, se for pensado devidamente, pode complementar as políticas nacionais.

Nos últimos anos, aumentou o interesse na utilização de dados subjetivos para a aferição do bem-estar e do progresso humano e para a definição das políticas públicas. Até o próprio Governo do Reino Unido se comprometeu a estudar o recurso a indicadores subjetivos de bem-estar, tal como sugerido por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009). O Butão integrou os sub-indicadores que compõem o Índice de Felicidade Nacional Bruto em todas as suas medidas de política pública. Estes dados podem complementar, embora não substituir os dados objetivos (PNUD RDH, 2013, p.28).

Visto que o IDH é um importante marcador e utiliza dados objetivos para nortear as políticas dos países, é verificado que considerar os aspectos subjetivos são relevantes para direcionar as políticas dos países, embora esses dados tenham limitações, esse tipo de dado é ordinal e geralmente não é comparável entre diferentes países e culturas, nem são consistentes ao longo do tempo. Portanto, confiar exclusivamente em indicadores subjetivos pode ser enganoso (PNUD RDH, 2013).

O RDH de 2013 apresenta “um dos importantes indicadores subjetivos de bem-estar, que pode ser obtido a partir de inquéritos, é a satisfação geral com a vida, avaliada numa escala de 0-10” (PNUD RDH, 2013, p. 28). Apesar das limitações, os dados subjetivos, como a satisfação geral com a vida, podem complementar os dados objetivos na formulação de políticas públicas. Eles podem oferecer insights adicionais sobre o bem-estar humano que os dados objetivos podem não capturar completamente.

Em 2022 o IDH apresentou, além do IDHAD, do IPM e de todo o incremento metodológico e incremento de variáveis dos anos anteriores, um conjunto de IDHs ajustado por gênero e o índice de desigualdade por gênero, demonstrando que a discussão e as métricas do desenvolvimento se ampliaram a considerar o gênero.

Para medir os municípios em 2022, o PNUD Brasil juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) divulgaram a nota técnica n 1/2022 com maior número de variáveis que trata dos 'Aspectos Metodológicos para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal', dentre as mudanças observadas verifica-se uma maior atenção com a questão de gênero e cor, além de expandir a dimensão educação.

Para o cálculo, foram consideradas as variáveis esperança de vida ao nascer, o percentual de cinco a seis anos de idade na escola, o percentual de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo, o percentual de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo, o percentual de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo, o percentual de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo além da renda per capita (PNUD BRASIL; IPEA; FJP, 2022). É visível que nesse caso, há uma atenção maior na dimensão educação, a hipótese por trás disso é de que isso dialogue principalmente com a expansão das capacidades, ou que essa seja uma dimensão com pior desempenho observado.

É visto que há um processo de expansão das dimensões do IDH, e de evolução do mesmo, contudo, há uma série de críticas se o mesmo é capaz de retratar a complexidade social e esse é um entendimento do próprio relatório, "mas o objetivo não é criar um indicador inatacável do bem-estar" (PNUD RDH, 2010, p. 13). Tendo a compreensão de que o desenvolvimento é complexo, em 2005 Veiga chamava a atenção para o IDH,

em vez de um duvidoso índice sintético, que pretenda expressar em um único número a complexidade do desenvolvimento, é preferível ter um conjunto integrado de indicadores. Se um avião exige o domínio de um imenso e complicado painel para que seja pilotado, o que dizer então de uma sociedade? (VEIGA, 2010, p. 100).

As críticas de Veiga (2010) estavam bem fundamentadas para o contexto, em 2005 o IDH não havia passado por significativo processo de melhorias, o que se apresenta hoje e se propõe medir o desenvolvimento é

mais completo e considera grande parte da complexidade social, como a desigualdade, o gênero, a ampliação na variável educação, os índices focados em considerar a pobreza. Contudo é considerado que deixa de fora da captura do desenvolvimento variáveis importantes para o desenvolvimento humano.

O PNUD admite que o IDH é um ponto de partida. Recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e mais complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices. Ou seja, o IDH não é uma medida compreensiva, pois não inclui, por exemplo, a de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e de gozar do respeito dos outros na comunidade (VEIGA, 2010, p. 87).

Considerando que o IDH surgiu em 1990 como uma abordagem abrangente para medir o progresso da sociedade, considerando saúde, educação e renda. A definição de desenvolvimento humano inclui não apenas aspectos econômicos, mas também capacidades humanas e escolhas disponíveis para as pessoas. Ao longo dos anos, o IDH evoluiu, incluindo novas variáveis e metodologias para capturar melhor a complexidade social, como o ajuste à desigualdade e o Índice de Pobreza Multidimensional. No entanto, críticas persistem sobre a capacidade do IDH de capturar totalmente o desenvolvimento humano, pois não considera aspectos como participação na tomada de decisões e respeito na comunidade. Apesar de suas limitações, o IDH continua sendo um ponto de partida importante para entender o progresso humano, mas deve ser complementado por outros indicadores para uma compreensão mais completa do desenvolvimento.

Partindo do reconhecimento da sua própria limitação, apesar de se considerar uma medida essencial para o desenvolvimento humano, se faz importante pensar em variáveis relevantes para o desenvolvimento que ainda não estão contempladas no índice, o Lazer é o exemplo de uma categoria que está associada ao bem estar humano e conseqüentemente ao desenvolvimento humano.

2. DEFINIÇÃO AMPLIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO LAZER

2.1 Lazer e Suas Diferentes Concepções

Neste capítulo, abordaremos as concepções históricas do lazer, bem como as condições para realiza-lo. Observaremos a evolução do conceito de lazer, especialmente através das contribuições do sociólogo Joffre Dumazedier (2008). Começaremos abordando as perguntas fundamentais que direcionam o estudo do lazer, seguido pela análise das origens e interpretações do mesmo no seu surgimento, destacando sua diferenciação entre sociedades pré-industriais e industriais. Será apresentado também a importância do lazer como uma fonte de satisfação pessoal e bem-estar, além de discutir questões contemporâneas, como a redução da jornada de trabalho e a relação entre obrigações familiares e disponibilidade de tempo para o lazer. Exploraremos a ampliação do conceito de lazer e a sua aproximação com a saúde e com a cultura.

Para explorar esse tema, em um primeiro momento, abordaremos o lazer segundo os estudos do sociólogo Joffre Dumazedier no seu livro 'Sociologia Empírica do Lazer', pois apresenta uma abordagem ampla e apoiada em diversas pesquisas, essa obra é importante porque explora o nascimento do lazer, os conceitos e interpretações além de demonstrar como se manifesta na sociedade contemporânea.

Uma parte importante dentro do processo de construção das concepções de lazer é compreender que há algumas perguntas que norteiam a temática do lazer enquanto objeto de estudo, tais como, em que contexto surgiu, quando surgiu, como é compreendido hoje e se isso trata de uma criação do processo produtivo da sociedade. Tendo como um caminho essas perguntas, é possível abordar as ideias compreendendo seus aspectos de nascimento e sua evolução.

Colocados esses questionamentos norteadores, o entendimento primário de lazer surge no mesmo tempo do conceito de trabalho, entendido como, "o tempo fora do trabalho é evidentemente tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui características específicas da civilização nascida

da revolução industrial” (DUMAZEDIER, 2008, p. 26), a ideia inicial é de afirmar que o lazer se trata do tempo fora do trabalho, esse conceito remonta principalmente ao período da revolução industrial, pois as características de como o lazer se dá são um resultado das obrigações e não obrigações, entendendo com isso, que tudo o que é feito de forma não obrigatória é lazer (DUMAZEDIER, 2008).

Avançando em suas ideias, vale destacar, dentro de uma perspectiva sociológica, Dumazedier (2008) estabelece que o lazer nasce na sociedade através da diferença do uso do tempo, marcado na diferença das sociedades pré-industriais e industriais.

Nas sociedades pré-industriais do período histórico o lazer não existe. O trabalho escreve-se nos ciclos naturais das estações e dos dias: é intenso durante a boa Estação e esmorece durante a estação má, seu ritmo é natural ele é cortado por pausas, cantos, jogos e cerimônias. Em geral se confunde com a atividade do dia: da Aurora ao pôr do sol entre trabalho e repouso o corte não é nítido. Nos climas temperados no decurso dos longos meses de inverno o trabalho intenso desaparece para dar lugar a uma semi-atividade durante a qual a luta pela vida é muitas vezes difícil. O frio é mortífero; a fome frequente, conjuga-se as epidemias esta inatividade é suportada ela é amiúde associada a um cortejo de adversidades evidentemente não apresenta as propriedades do Lazer moderno (DUMAZEDIER, 2008, p. 26).

Como visto, no entendimento de Dumazedier (2008) o conceito de lazer não existia nas sociedades antigas em comparação com o que foi experimentado após a revolução industrial. Ele parte do entendimento de que nas sociedades pré-industriais, as pessoas não tinham uma separação clara entre trabalho e lazer como a que nasceu a partir da civilização industrial.

O trabalho na sociedade pré-industrial estava ligado a uma organização diferente do tempo, não havia uma marcação de onde começava e terminava o trabalho e também onde começava e terminava o lazer, esses tempos se misturavam (DUMAZEDIER, 2008).

Dumazedier (2008) aponta que, em regiões com invernos rigorosos, o trabalho praticamente desaparecia, mas isso não significava que as pessoas estavam desfrutando de lazer como entendemos hoje. Em vez disso, elas

enfrentavam desafios como o frio, a fome e doenças, e essa inatividade era cercada por adversidades.

Então nas sociedades pré-industriais, as pessoas estavam mais conectadas aos ciclos naturais e às necessidades básicas de sobrevivência. E “embora algumas civilizações tradicionais da Europa terem experimentado mais de 150 dias sem trabalho por ano nos parece possível aplicar o conceito de lazer” (DUMAZEDIER, 2008, p. 26).

Uma característica essencial do tempo livre, conforme observado por pelo autor, é que nas civilizações pré-industriais, haviam obrigatoriedades institucionais durante o tempo de não trabalho. Segundo ele, um exemplo notável disso é a influência da religião, onde existiam certos feriados religiosos reservados para a devoção à igreja. Assim, mesmo durante períodos de não trabalho, havia uma expectativa social ou religiosa de participação em atividades específicas, o que pode ser interpretado como uma forma de obrigatoriedade mesmo na ausência de tarefas laborais.

Há um esforço por parte do autor em mostrar que nesse período pré-industrialização as características do trabalho e do tempo livre assumiam formas distintas das quais conhecemos, e duas condições prévias tiveram de realizar-se para que o lazer se tornasse possível. A primeira condição é de que

As atividades da sociedade não mais são regradas em sua totalidade por obrigações rituais impostas pela comunidade. Pelo menos uma parte destas atividades escapa aos ritos coletivos especialmente o trabalho e o lazer, esse último depende da livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais se exerçam evidentemente sobre esta livre escolha (DUMAZEDIER, 2008, p. 28).

A segunda condição é

O trabalho profissional destacou-se das outras atividades. Possui limite arbitrário, não regulado pela natureza. Sua organização é específica de modo que o tempo livre é bem nitidamente separado ou separável dele (DUMAZEDIER, 2008, p. 28).

Para compreender melhor, a primeira condição do lazer ocorre quando as atividades sociais não estão regulamentadas por obrigações rituais

impostas pela comunidade. Podemos tomar como exemplo a religião, onde as pessoas no período pré-industrial deixavam suas atividades por uma obrigatoriedade de culto religioso ou quaisquer compromissos religiosos. Em vez disso, parte dessas atividades escapa aos ritos coletivos, especialmente o trabalho, permitindo que as pessoas façam escolhas livres sobre como passar seu tempo. No entanto, é importante notar que mesmo no lazer, os determinismos sociais continuam a influenciar essas escolhas individuais (DUMAZEDIER, 2008).

Na segunda condição, para o lazer acontecer, Dumazedier (2008), destaca a necessidade de uma clara demarcação entre o tempo dedicado ao trabalho profissional e o tempo livre disponível para atividades de lazer, distinção essa que não ocorria no período pré-industrial, pois os tempos e atividades se misturavam.

Aquelas duas condições apenas existem nas sociedades industriais e pós industriais, e apesar de o lazer penetrar nas sociedades rurais modernas, o conceito também é aplicável porque “o trabalho rural tende a organizar-se segundo o modo de trabalho industrial e porque a vida rural está penetrada pelos modelos da vida urbana” (DUMAZEDIER, 2008, p. 28).

Embora ambas as condições possam ocorrer, tanto a demarcação do tempo, quanto a não obrigatoriedade comunitária, ainda não é garantido que o lazer ocorra. No entanto, é necessário que essas duas condições estejam presentes para que haja a possibilidade de o lazer acontecer.

Para demonstrar isso, Dumazedier (2008) apontou algumas pesquisas para compreender o uso do tempo liberado das obrigações, dentre as pesquisas podemos destacar uma conduzida na União Soviética por Zdravomyslov; Rogin; Siadov, onde apontou que 16,9% das pessoas usou tempo liberado do trabalho para um trabalho suplementar, principalmente para ganhar mais dinheiro, e outra pesquisa conduzida nos Estados Unidos por RIVA POOR, onde foi obtida uma amostra de empresas quando o fim de semana mudou de dois para três dias, como resultado, no final de semana de dois dias 4% dos trabalhadores realizaram algum tipo de trabalho complementar e no final de semana de três dias o total elevou-se para 17%.

Mesmo atendendo às duas condições acima descritas, de não estar associado a obrigações comunitárias ou institucionais, e de fazer parte do tempo fora do trabalho, Dumazedier (2008) concluiu que não parece correto afirmar que se trata de lazer.

Além disso, uso do tempo livre é diferente para o homem e para a mulher, dadas as organizações sociais, parte do tempo das mulheres é comumente usado para as obrigações domésticas e familiares, principalmente no que tange a cuidar dos filhos. Esse tempo segundo, também não é entendido como um tempo de lazer, tanto quanto a realização de trabalho suplementar para complementar a renda como visto anteriormente (DUMAZEDIER, 2008).

O lazer em resultado do tempo liberado, que por sua vez é uma oposição ao trabalho, também se manifesta de forma diferente para os próprios trabalhadores assalariados, Dumazedier (2008) usa o exemplo dos gerentes e executivos.

Ouve-se dizer amiúde que eles não têm lazeres sabem se apenas através dos estudos médicos que certos grandes responsáveis por empresas fazem semanas de 50 a 60 horas de serviço que levam um trabalho para casa e que para eles os lazeres são devorados pelas obrigações (DUMAZEDIER, 2008, p. 38).

Sobre este ponto o Dumazedier (2008) ressalta a existência de várias pesquisas sistemáticas como a enquete realizada em 1962 dentro do quadro da Harvard Business School. Que concluiu, dentro do universo de 5.000 executivos, que os mesmos trabalham em média 43 horas na empresa, 7 horas suplementares em casa, e dispõe de 30 horas de lazer pessoal.

Além disso se tem conhecimento que os executivos são os que mais praticam atividades como esqui, equitação, navegação à vela, longas viagens de férias, safáris, golfe, tênis, frequentam teatro, concertos, são ávidos leitores, entre outras atividades. Em uma cidade como Nova York, é notavelmente difícil encontrar um executivo em seu escritório na sexta-feira à tarde, revelando que essas atividades são comuns entre eles e que tendem a ocupar seu tempo fora do ambiente de trabalho (DUMAZEDIER, 2008).

Uma outra opção do uso do tempo é usar o tempo liberado como um tempo de repouso ou um tempo reparador para o trabalhador recuperar as suas energias, tratar esse tempo de repouso como um tempo de lazer é uma ideia ultrapassada, pois o lazer possui atribuição maior que somente recuperar as energias

Na norma atual, o tempo de lazer não mais é apenas um tempo de repouso reparador, mesmo se continua a sê-lo para um grande número de trabalhadores fadigados; tornou-se um tempo de atividades que tem um valor em si. Alguns indivíduos que antigamente viviam para trabalhar ou usam hoje trabalhar para “viver” ou sonhar com isso (DUMAZEDIER, 2008, p. 58).

Portanto, significa que as pessoas não apenas descansam durante o tempo livre, mas também se dedicam a atividades que se entregam de forma séria e prazerosa.

Já apresentado as condições e as formas de como o lazer pode se manifestar, faz-se necessário discorrer principalmente nas muitas definições que o lazer possui com base em Dumazedier (2008).

A primeira definição é de que o lazer não é uma categoria definida de comportamento social, mas sim um estilo de comportamento que pode ser encontrado em qualquer atividade. Todas as atividades podem se tornar lazer, desde o trabalho profissional até tarefas domésticas como lavar louça. Essa concepção, permeia todas as outras atividades e podem influenciar o estilo de vida de uma pessoa, contribuindo para a mudança na qualidade de vida. No entanto, essa definição é mais psicológica do que sociológica, focando na atitude das pessoas em relação às atividades comuns a todos. Além disso, ele salienta que essa definição confunde lazer com prazer e lazer com jogo, não permitindo estabelecer um campo específico entre as diferentes atividades que desempenham funções diversas na sociedade. Isso lança confusão sobre a relação crucial na dinâmica da produção do lazer entre a redução do tempo dedicado a obrigações institucionais e o aumento do tempo disponível para atividades pessoais dentro das novas normas sociais (DUMAZEDIER, 2008).

A segunda definição de lazer apresentada em Dumazedier (2008), tanto explícita quanto implícita, o coloca apenas em relação ao trabalho

profissional, como se nada mais existisse além disso, resumindo o lazer inteiramente ao não-trabalho. Segundo o autor essa definição é comumente adotada por economistas, especialmente após Keynes, e também é encontrada nos escritos de Karl Marx. Sociólogos do trabalho, seguidos pelos sociólogos do lazer, frequentemente a utilizam em comparações entre trabalho e lazer.

Embora essa definição destaque a relação do lazer com a principal fonte de criação e limitação do tempo livre, ela permanece muito influenciada pelas categorias econômicas e da sociologia do trabalho, tornando-se inadequada para lidar com os problemas específicos do lazer nas sociedades industriais avançadas. Além disso, confunde diferentes realidades sociais por trás do termo 'lazer', negligenciando as obrigações familiares que também impactam a disponibilidade de tempo para atividades de lazer, especialmente para donas de casa e mães de família. Enquanto as obrigações familiares pertencem mais à sociologia da família, a sociologia do lazer poderia colaborar de forma útil ao analisar a relação entre lazer familiar e lazer individual ou coletivo (DUMAZEDIER, 2008).

Um ponto importante a ser destacado aqui é a atual relevância do debate sobre a redução da jornada de trabalho. No Brasil, conforme relata a Agência Senado (2024), muitos trabalhadores brasileiros aspiram a ter mais tempo para descanso, lazer e busca por conhecimento. Este desejo não é exclusivo do Brasil, mas também é observado em outros países. Um estudo realizado no Reino Unido entre junho e dezembro de 2022 revelou que a adoção de uma semana de trabalho de quatro dias foi bem-sucedida em 92% das 61 empresas participantes, mantendo a produtividade e reduzindo as taxas de rotatividade de funcionários em 57%. Países como Espanha, França, Portugal e Japão estão contemplando essa mudança. Além disso, Holanda, Bélgica, Dinamarca e Alemanha já estão experimentando semanas de trabalho mais curtas, algumas com apenas 32 horas semanais (AGÊNCIA SENADO, 2024).

A terceira definição de lazer apresentada por Dumazedier (2008) é a que curiosamente discute diferentes definições de lazer e tempo livre, destacando a complexidade de incluir obrigações domésticas, religiosas, políticas e pessoais sob o conceito de lazer. O autor argumentou que é

problemático misturar esses elementos, pois suas dinâmicas e significados são distintos. O autor sugeriu que o tempo livre seja entendido como o período não ocupado pelo trabalho profissional ou doméstico, sem implicar uma conotação normativa. Além disso, defende-se a separação das atividades de engajamento sócio-político das atividades de lazer, pois estas últimas não devem ser tratadas como simples opções de entretenimento, mas sim como uma obrigação democrática para o cidadão (DUMAZEDIER, 2008).

Explicitando um pouco mais acerca do engajamento sócio-político nesse caso se refere à participação ativa dos cidadãos em atividades políticas e sociais, como votar, se envolver em movimentos sociais, participar de protestos, trabalhar em organizações comunitárias, entre outras formas de engajamento cívico. É visto como uma obrigação democrática e uma responsabilidade dos cidadãos para com a sociedade, não como uma atividade de lazer.

A quarta definição adotada por Dumazedier (2008) é de que o tempo de lazer é aquele dedicado à realização pessoal, após o cumprimento das obrigações profissionais, familiares, sociais e políticas. Esse tempo disponível segundo o autor não é uma escolha individual, mas sim resultado da evolução da economia e da sociedade.

O lazer envolve atividades que visam descanso, diversão e desenvolvimento pessoal, como descansar, se divertir, praticar *hobbies*, entre outros. Entendido o que seria o lazer, por sua vez, são distinguidos quatro períodos de lazer: o final do dia, o final de semana, as férias e ao que o autor chama de fim da vida, aposentadoria. Esses períodos são ocupados por uma variedade de atividades que atendem às necessidades físicas e mentais das pessoas, como atividades físicas, práticas, artísticas, intelectuais e sociais (DUMAZEDIER, 2008). O conjunto de todas aquelas atividades constitui o lazer, e segundo Dumazedier (2008, p. 93) esse conceito de lazer tem quatro propriedades, “duas negativas que se definem em relação às obrigações impostas [...] e duas positivas que se definem em relação às necessidades da personalidade”. Conforme o autor, a distinção daquelas propriedades está relacionada a quatro caracteres, a saber: i) o liberatório; ii) o desinteressado; iii) hedonístico e; iv) o pessoal.

Relacionando à primeira propriedade do lazer está a de caráter liberatório, da qual o lazer resulta de uma livre escolha, e é liberado de certo gênero de obrigações, essa são obrigações institucionais, entendidas como obrigações impostas por organismos constitutivos da sociedade, a família, instituições profissionais, socio-espirituais e sociopolíticas. O lazer é principalmente a liberação do trabalho profissional que a empresa impõe, para a criança é a liberação das obrigações escolares (DUMAZEDIER, 2008).

A segunda é de caráter desinteressado, isso quer dizer que não há um interesse econômico lucrativo por trás do lazer, implica que as pessoas deveriam se dedicar ao lazer sem esperar ganhos materiais ou resultados tangíveis. Ou seja, uma atividade que o indivíduo faz e como resultado tem ganhos lucrativos, então se transforma em semilazer. Esse semilazer é entendido como uma atividade mista, quando o lazer se mistura com uma obrigação (DUMAZEDIER, 2008).

A terceira, é de caráter hedonístico, refere-se à ideia de que o lazer deve ser uma fonte de prazer e satisfação pessoal. Para Dumazedier (2008), o lazer não deve ser encarado apenas como um tempo livre para descansar, mas sim como uma oportunidade para buscar e experimentar o prazer em diversas atividades. Ele enfatiza que o lazer deve proporcionar alegria, diversão, entretenimento e gratificação sensorial, contribuindo para o bem-estar emocional e psicológico das pessoas (DUMAZEDIER, 2008).

E por fim, a quarta, é de caráter pessoal, destaca a importância de escolhas livres e autônomas em relação às atividades de lazer, permitindo que cada pessoa desenvolva suas próprias formas de aproveitar o tempo livre de acordo com seus gostos, valores e aspirações pessoais. Isso implica reconhecer a diversidade de interesses e estilos de vida das pessoas, e valorizar a liberdade de escolha e expressão na busca pelo prazer e satisfação no tempo de lazer (DUMAZEDIER, 2008).

Antes de verificar como o lazer pode ser mensurado ou medido, e como ele pode compor ou tornar-se alguma dimensão do desenvolvimento humano, precisamos entender como o conceito de lazer evoluiu e como o entendimento da relevância dele mudou. Isso será observado na próxima seção.

2.2 Lazer, Ampliação e Relevância

Silva et al. (2011) apresentou uma coleção, elaborada com o propósito de ampliar o debate sobre o lazer, resultado de uma colaboração entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL); e o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) seu foco principal foi na elaboração de elementos fundamentais para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, com ênfase na relação entre lazer, escola e processo educativo. O objetivo principal foi contribuir para o desenvolvimento integrado de políticas, programas, projetos e ações que se relacionam com o lazer, a escola e o processo educativo, visando uma abordagem mais abrangente e inclusiva dessas questões.

Para tanto, como um ponto de partida, os autores apresentaram a origem do termo e a diferenciação da recreação e do lazer para que os conceitos não se misturem e não se confundam.

Com relação a origem “enquanto o termo recreação é influência da perspectiva norte-americana, o lazer surge a partir da influência dos estudos europeus” (SILVA et al., 2011, p. 12).

Atualmente, o conceito de recreação é predominantemente entendido como a prática de jogos e brincadeiras. No entanto, nas décadas de 1970 e 1980, surgiu uma interpretação distinta, influenciada principalmente pelo conceito proposto por Dumazedier (2008), que a considerava como uma das funções do lazer. É importante destacar que os estudos nessa área apontam a origem etimológica da palavra "lazer" ao termo latino "*licere*", que significa "lícito" ou "permitido" (SILVA et al., 2011).

Ainda em Silva et al. (2011) realiza-se um resgate histórico às abordagens de Dumazedier

Segundo Dumazedier (1979), a sociologia do lazer foi fundada nos Estados Unidos, mas foi nas décadas de 20 e 30 que os primeiros estudos da sociologia empírica do lazer surgem nos

Estados Unidos e na França, buscando relacionar os fenômenos do lazer aos outros campos da realidade social (SILVA et al., 2011 p. 14).

Assim, Silva et al. (2011) apresenta a evolução histórica do debate sobre o lazer e a sua trajetória, revelando que no Brasil esse processo foi marcado por momentos importantes e contribuições significativas de diversos autores e instituições ao longo do tempo. Um desses marcos é a obra de Ferreira (1959, apud SILVA et al., 2011), intitulada 'Lazer operário: um estudo da organização social das cidades', que é reconhecida como um dos primeiros trabalhos a abordar essa temática no país. Essa pesquisa foi conduzida com trabalhadores assalariados em Salvador (BA), enfatizando a importância do lazer na vida das pessoas (SILVA et al., 2011).

Ainda segundo Silva et al. (2011) em 1969, o debate sobre o lazer ganhou institucionalização com a realização do 'Seminário de 1969' em São Paulo, promovido pela Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo e pelo Serviço Social do Comércio (SESC/São Paulo). Este evento proporcionou uma ampla gama de enfoques sobre o lazer, lançando luz sobre diversas questões relacionadas ao tema (SILVA et al., 2011).

Outro marco relevante destacado pela coleção é a criação do Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) em Porto Alegre, em setembro de 1973. Esta iniciativa conjunta da Pontifícia Universidade Católica e da Prefeitura Municipal teve como objetivo principal promover a conscientização sobre o lazer e formar profissionais capacitados para coordenar atividades de lazer, contribuindo assim para a disseminação do conhecimento nessa área (SILVA et al., 2011).

Ainda segundo a autora, no caderno "A Importância da Recreação e do Lazer" as contribuições do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social da Indústria (Sesi) foram relevantes para o desenvolvimento do estudo do lazer no Brasil. Ambas as instituições dedicaram-se a promover projetos de lazer e recreação, embora análises apontem para uma participação comunitária limitada, muitas vezes oferecendo atividades de lazer como benefícios residuais, em detrimento de uma abordagem mais participativa e inclusiva (SILVA et al., 2011).

Retratado a visão histórica de como o processo evolução do lazer e sua trajetória no Brasil, com base no trabalho de Silva et al. (2011) e os passos que foram dados junto as instituições, ainda tratando do processo de ampliação conceitual, é preciso ressaltar a relevância do lazer enquanto aproximação com a saúde e com a cultura.

Batista, Ribeiro e Júnior (2012) buscaram contribuir para a integração entre os campos da saúde coletiva e do lazer, destacando o lazer como uma ferramenta poderosa para promover a saúde. Para isso, foi revisitado os conceitos de saúde, destacou-se o lazer como um tema relevante para discussões sobre saúde e ampliou a reflexão sobre a promoção da saúde através do lazer.

Na visão daqueles autores, ao longo do tempo, houve mudanças significativas no entendimento do conceito de saúde, especialmente no campo da saúde coletiva. Inicialmente, a concepção de saúde estava fortemente ligada a fatores biológicos, com a saúde sendo vista principalmente como a ausência de doença. No entanto, com o avanço das discussões no campo da saúde, percebeu-se que a saúde é influenciada por uma série de determinantes sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Ainda de acordo com os autores, atualmente, entende-se que a saúde não é apenas determinada por fatores biológicos, mas também por questões sociais, comportamentais e ambientais. A promoção da saúde tornou-se essencial para reduzir os riscos epidemiológicos e os processos de doença, destacando a importância de abordagens mais amplas e integradas para garantir o bem-estar da população (BATISTA; RIBEIRO; JÚNIOR, 2012).

Esa ampliação do conceito de saúde permite uma aproximação do lazer como um elemento da mesma, conforme apontado por Batista, Ribeiro e Júnior (2012) no trecho a seguir:

Ao pensar a concepção da saúde como produção social, o lazer surge como uma possibilidade de intervenção que busca implementar políticas públicas e ações de âmbito coletivo que extrapolem, inclusive, o enfoque de risco.

Além de mostrar a ampliação do conceito de saúde, os autores também demonstram que o conceito de lazer pode passar uma compreensão

generalizada e isso precisa ser revisto, pode ser que comumente o conceito de lazer esteja atrelado somente à prática de atividades físicas (BATISTA; RIBEIRO; JÚNIOR, 2012). No entanto, o lazer deve ultrapassar a ideia de atividade física.

O lazer segundo Batista, Ribeiro e Júnior (2012) pode ser um dispositivo potente para a promoção da saúde de diversas maneiras. Segundo os autores, ao escolhermos atividades de lazer que nos tragam prazer e sejam adequadas ao nosso tempo livre, estamos não apenas buscando benefícios biológicos, como condicionamento físico e fortalecimento de sistemas metabólicos, mas também influenciando outros determinantes sociais, como sociabilidades, uso equilibrado do tempo e acesso à cultura. Partindo desse entendimento os autores usam o exemplo dos grupos de terceira idade

Se pensarmos em atividades lúdicas em grupos de terceira idade, por exemplo, fica mais claro entendermos que, nesse caso, as sociabilidades, as redes de contato e o compartilhamento mútuo de determinados momentos do dia serão os determinantes que influenciarão no estado de saúde de cada sujeito. O uso equilibrado do tempo para grupos que passam longos turnos de trabalho árduo ou o acesso à arte (teatro, dança, cinema etc.), para populações desprovidas desses bens culturais, poderá influenciar centralmente no bem-estar e na qualidade de vida de grupos com perfis e estilos de vida próximos (BATISTA; RIBEIRO; JÚNIOR, 2012, p. 14).

E seguem demonstrando a relevância do lazer para a saúde através do trabalho de Isayama (2005 apud BATISTA; RIBEIRO; JÚNIOR, 2012) exemplificando a experiência de alguns estudantes de educação física que atuaram em um projeto de extensão, no qual promoveram a vivência do lúdico na clínica de hematologia do Hospital das clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse projeto, diversas atividades de lazer, como jogos, brincadeiras e confecção de brinquedos, eram oferecidas às crianças em tratamento, durante três dias da semana, enquanto aguardavam pelo atendimento ambulatorial. Como resultado, os diálogos com crianças e reunião com estagiários, supervisores e coordenadores mostraram que as atividades oferecidas geraram motivação, alegria e redução da ansiedade.

É relevante salientar, antes de entendermos o lazer como dimensão da cultura, que o lazer é um direito das pessoas, para muitos países, e em muitas esferas. Assim como a saúde, o lazer é previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 no capítulo II artigo 6º como um direito social, que rege:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

É garantido também como um direito no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao afirmar que “todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.” (ONU, 1948). O lazer está previsto também no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil.

Partindo para o lazer enquanto dimensão da Cultura, Gomes, (2014) estabeleceu que o lazer é concebido como uma necessidade humana e dimensão da cultura devido à sua importância intrínseca para o bem-estar e desenvolvimento das pessoas em sociedade. Segundo o autor, o lazer é considerado uma prática social complexa que abrange uma multiplicidade de vivências culturais em diversos contextos, não se restringindo apenas às sociedades modernas e industrializadas. Isso demonstra que o conceito de lazer dentro dessa discussão proposta por Gomes (2014) enquanto campo de estudo se descolou da ideia inicial de apresentada por Dumazedier, como vimos anteriormente neste trabalho, o tratando somente como um contraponto ao trabalho.

Gomes (2014) explica com base nos estudos de Medeiros de 1975 que,

Foi uma autora que chamou a atenção para essa questão. Em suas publicações, ela sempre questionou as compreensões que afirmavam ser o lazer um produto da sociedade industrial e o destacou como uma necessidade básica, própria da vida humana em todos os tempos e lugares (GOMES, 2014, p. 10)

e segue afirmando sobre o lazer que:

Sua busca constante ao longo dos séculos, e sua presença nas mais diversas culturas, revela a condição do lazer como necessidade humana básica, a pedir atenção de cada um de nós e da sociedade como um todo (MEDEIROS, 2004 apud GOMES, 2014, p. 10).

Nesse ponto o lazer não é entendido como um produto a partir da revolução industrial como vimos nas ideias de Dumazedier (2008), aqui, há uma interpretação do lazer como parte da natureza humana, de forma que as sociedades se organizam por uma busca persistente pelo lazer ao longo da história e sua manifestação em diversas culturas ressaltam sua natureza como uma necessidade humana.

A ruptura com a ideia de lazer que nasce da revolução industrial se justifica porque o autor entende que o lazer é deletério para grupos minoritários,

é tradicional caracterizar o lazer como um fenômeno moderno e urbano-industrial que se opõe ao trabalho e às obrigações rotineiras. Entretanto, essa compreensão precisa ser repensada porque invisibiliza, silencia e marginaliza o lazer em determinados contextos, sobretudo, nos minoritários, como os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos e outros. Por isso, torna-se relevante desvelar outras possibilidades de se compreender o lazer (GOMES, 2014, p. 15).

O trecho acima justifica o lazer como uma dimensão cultural porque, “se constitui na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espço social” (GOMES, 2014, p. 15).

Essa é uma das visões ampliadas do lazer e destaca sua importância do ponto de vista enquanto necessidade humana e dimensão da cultura. Vimos como o lazer se deu no contexto brasileiro. Além de sua conexão resumida com a saúde mental e sua função como promotor de cultura e bem-estar social, foi demonstrado também o reconhecimento do lazer como um direito fundamental. No entanto, é crucial avançar para entender como medir o lazer, dada sua significância para o bem-estar e o desenvolvimento humano, que será apresentado no próximo capítulo.

3. MENSURAÇÃO DO LAZER E DIMENSÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.1 A Mensuração do Lazer

Um dos maiores desafios quando se trata da mensuração do lazer é fazer um recorte do que é o lazer na realidade, vimos que há uma possibilidade de generalização do lazer enquanto atividade física, também há uma abordagem que se considera o lazer enquanto saúde mental, dentre outras que compreende o lazer como dimensão da cultura e oposição ao trabalho.

Visto que há uma gama de definições, assim “como a definição do lazer a classificação das atividades de lazer é objeto de controvérsias toda a classificação é antes de mais nada resposta a um problema ela não é dada ela é construída” (DUMAZEDIER, 2008, p. 97).

Do ponto de vista de Dumazedier (2008), toda classificação científica reveste, pelo menos, três propriedades formais, a primeira é que a classificação é orientada, ou seja, ela é feita a partir de um ponto de vista determinado. Ela é finita, ou seja, o critério de seleção agrega a totalidade dos elementos pertinentes sem omissão nem repetição. E por último, ela é coerente, cada classe inclui uma classe menor e é incluída numa classe maior. O todo constitui um conjunto coerente.

Uma das medidas que incluem a ideia de lazer na sua base de variáveis é o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), como vimos no primeiro capítulo, em uma abordagem de expansão do desenvolvimento, alguns países já utilizam dados subjetivos para auxiliar os dados objetivos. O índice foi implementado pela primeira vez no Butão, no leste da Ásia.

O índice FIB, considera primordialmente as variáveis Padrão de Vida, Boa Governança, Educação, Saúde, Resiliência Ecológica, Diversidade Cultural, Vitalidade Comunitária, Uso Equilibrado do Tempo, Bem Estar Psicológico e Espiritual (ARRUDA, 2009).

Na abordagem de Arruda (2009) o lazer não aparece como uma dimensão, e nem como uma variável direta, porém é possível observar uma relação íntima com o uso do tempo, na dimensão de uso equilibrado do tempo,

segundo ele “este é um dos fatores mais importantes da Felicidade, embora mal suspeitemos disso. Para a cultura do capital, tempo é dinheiro [...] é também, e principalmente desenvolvimento” (ARRUDA, 2009, p.8).

Essa dimensão de uso do tempo corrobora com a ideia de tempo liberado e tempo de obrigações apresentada anteriormente, onde o lazer aparece no tempo de não obrigação, em caráter liberatório.

Bianco et al. (2016) com objetivo de identificar as variáveis que mais influenciam na felicidade dos trabalhadores do município de Cascavel, no Estado do Paraná, utilizou estatística descritiva sobre dados coletados através de um questionário baseado na metodologia adaptada do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). O trabalho se classificou como qualitativo, construído através de questionário.

Nesse trabalho, dentre os questionamentos, os indivíduos foram perguntados sobre a frequência com que praticavam atividade física; se tinham noites bem dormidas, com sono tranquilo e profundo; quanto ao uso do tempo, sinalizaram que é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente para lazer e socialização com família e amigos.

No estudo em questão Bianco et al. (2016) apresentou o lazer como variável do índice

O uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente para **lazer** e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais etc. (BIANCO et al., 2016, p. 393, grifo nosso).

Naquele estudo em questão, além do componente uso do tempo, foram abordados os componentes de cultura e da saúde. No que diz respeito à dimensão da saúde, foram levados em consideração os exercícios físicos, enquanto na dimensão da cultura foram festivais, capacidades artísticas e outras. O lazer foi categorizado separadamente das atividades físicas, sendo integrado como parte da dimensão do uso do tempo, mesmo que, como vimos, ele se relacione com a saúde e com a cultura dentro de algumas abordagens. “O exercício físico está associado à qualidade de vida e, inclusive, reflete na

qualidade do sono das pessoas. Isso está atrelado ao humor e ao desempenho indivíduos” (BIANCO et al., 2016, p. 397).

Ainda sobre a dimensão uso do tempo, no estudo esta foi considerada como

um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais, entre outros (BIANCO et al., 2016, p. 398).

É relevante frisar que o índice de felicidade bruta não se propõe ser um substituto ao IDH, mas auxiliar a medir o grau de desenvolvimento mesmo que o FIB considere as dimensões já contempladas no IDH como Saúde, Padrão de Vida e Educação.

Além daquelas medidas, é importante destacar que Resiliência Ecológica e Boa Governança podem ser interpretadas respectivamente como dimensão ambiental, e governança pode ser entendido como uma dimensão da democracia.

Uma outra contribuição para mensurar o lazer é medi-lo a partir dos instrumentos, nesse sentido, o Índice Econômico de Qualidade de Vida (IEQV) buscou uma forma objetiva de mensurar a qualidade de vida no município de São Paulo. Para tanto, foi selecionado um conjunto de variáveis, foram elas, Cultura e Lazer, Saúde, Segurança, Educação, Renda e Trabalho, Habitação e Infraestrutura e Meio Ambiente (FIORE et al., 2007).

A pesquisa de Fiore et al. (2007) foi conduzida com base nos microdados do Censo 2000 e em outras fontes oficiais, o trabalho iniciou pela dimensão Cultura e lazer, considerada a mais difícil de ser mensurada. Na pesquisa, os autores, optaram por mensurar a dimensão cultura e lazer com dados de oferta de ‘equipamentos culturais’. Dessa forma, entendeu-se como equipamentos culturais três indicadores, sendo eles conforme SEADE, (2000) apud FIORE et al. (2009, p. 110):

i) o total de Bibliotecas por cem mil habitantes – “composto por bibliotecas ou centros de documentação governamentais e privados, bibliotecas universitárias, bibliotecas mantidas por governos estrangeiros e

bibliotecas municipais (gerais e infanto-juvenis) (SEADE, 2000 apud FIORE et al, 2009, p. 110).

ii) o total de equipamentos culturais por cem mil habitantes, composto por salas de cinema, salas de teatro, casas de cultura, centros culturais, museus e espaços e oficinas culturais (SEADE, 2000 apud FIORE et al, 2009, p. 110).

iii) e também o Índice de não-Acesso à Informação (INAI), construído com base e microdados do Censo 2000, nos quais foram considerados domicílios sem condições de acesso à informação os que não possuíam rádio nem televisores e que não dispunham de microcomputadores em combinação com a indisponibilidade de linha telefônica fixa, numa hipótese de que a presença de microcomputador e telefonia fixa num domicílio propicie o acesso a um importante meio de acesso à informação numa metrópole como São Paulo, a internet.

Baseado na descrição dos itens de mensuração da dimensão lazer, que contempla o Índice Econômico de Qualidade de Vida (IEQV), verifica-se que o lazer não foi incluído na dimensão saúde, e também não teve relação com a dimensão do uso do tempo como visto na FIB. Além disso, propôs uma abordagem no sentido de medir o lazer e a cultura a partir dos espaços físicos e equipamentos de tecnologia.

Vimos aqui duas propostas de mensurar o lazer enquanto uma variável ou uma dimensão. No primeiro caso, o FIB aborda o lazer como parte da gestão equilibrada do tempo, integrando-o como uma dimensão indireta. Já no segundo caso, o IEQV propõe uma abordagem mais objetiva, utilizando indicadores como oferta de equipamentos culturais para medir o lazer. Enquanto o FIB considera o lazer dentro do contexto do uso do tempo, o IEQV o aborda através de espaços físicos e equipamentos culturais.

3.2 O Lazer como Dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano

Como visto no primeiro capítulo, o IDH passou por um processo de evolução ao longo do tempo, desde a mudança na metodologia de cálculo até a expansão das variáveis no caso da dimensão educação para o IDHM de

2022, Como visto na nota técnica nº 1/2022. Além da expansão na dimensão educação, houve uma mudança no indicador da dimensão longevidade, anteriormente representada no RDH de 1990 pelo indicador de mortalidade infantil, e agora, na nota técnica nº 2/2022 pelo indicador de esperança de vida ao nascer.

Levando em consideração que o próprio PNUD entende o IDH que é um ponto de largada no que diz respeito a medição do desenvolvimento, na sua perspectiva humana, entretanto, ao considerar as dimensões Longevidade, Educação e Renda, ficam de fora muitas dimensões do desenvolvimento humano que são passíveis de serem mensuradas. Segundo Veiga (2010) a complexidade do desenvolvimento é desafiadora devido à sua natureza multidimensional. Isso torna incerto e debatível qualquer tentativa de encontrar uma medida simplificada, apesar de seu valor simbólico ser reconhecido.

Além de ser considerando ponto de partida, em relação a medição do desenvolvimento humano, o IDH é uma importante ferramenta no direcionamento das políticas públicas para a maioria dos países, estados e municípios com o objetivo de se desenvolver, atuam no sentido de melhorar os indicadores dos índices das dimensões que compõe o IDH ou o IDHM. A não inclusão de dimensões relevantes para o desenvolvimento humano, pode, do ponto de vista dos investimentos públicos, deixar em segundo plano as variáveis que não compõe o IDH.

Partindo desse entendimento, diversos municípios Brasileiros desenvolveram suas próprias metodologias de índices e indicadores do desenvolvimento. Um exemplo disso é o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que segundo Veiga (2010) apesar de não ser considerado um índice e, não incorporar outras dimensões do desenvolvimento como a ambiental, a cívica, ou a cultural, buscou indicadores mais precisos, resultando na seguinte diferença, em relação ao IDH:

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) não é propriamente um índice. É uma tipologia dos municípios do estado, construída sobre indicadores para dimensões idênticas às privilegiadas no IDH, só que muito mais sofisticados e atualizáveis. Ou seja, a diferença básica é que não há uma média (VEIGA, 2010, p. 96).

O IPRS classifica os municípios em quatro grupos com base em renda, longevidade e escolaridade. Os mais desenvolvidos se destacam nas três áreas. Outro grupo, apesar de rico, apresenta falhas nessas dimensões. Um terceiro grupo, apelidado de "saudáveis", tem boa qualidade de vida mesmo não sendo os mais ricos. Os municípios restantes são considerados relativamente subdesenvolvidos, com deficiências nas três dimensões avaliadas (VEIGA, 2010).

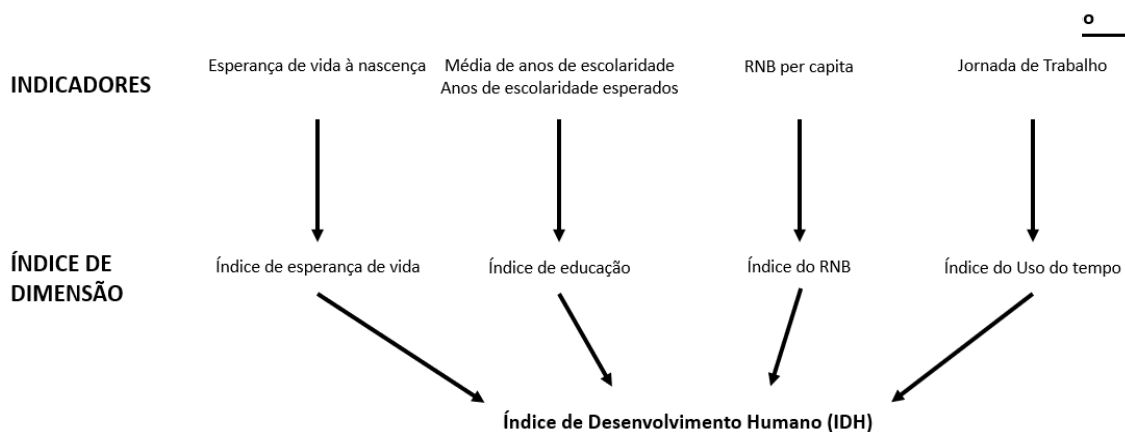
Citando, por sua vez o IEQV e de antemão levando em consideração que o mesmo que esse não possa ser comparado ao IDH, por conta da sua metodologia, dado que este utilizou mais indicadores e mais dimensões do desenvolvimento, além de aplicar mais indicadores nas dimensões saúde, renda e educação, acrescentou mais dimensões, passou a contemplar a dimensão cultura e lazer em sua composição.

Pressupondo a possibilidade de ampliação do IDH apresentada anteriormente, e considerando que o lazer pode ser mensurado, como vimos através da oferta de equipamentos culturais e dentro de uma dimensão do uso do tempo, pode-se idealizar um IDH que possua o lazer como um componente.

Dessa forma, ao propor o lazer enquanto um componente do IDH, faz-se necessário determinar algumas abordagens, para fins de compreensão da relação entre essa nova dimensão com o indicador agregado: se abordarmos o lazer enquanto dimensão, e, por sua vez, essa dimensão melhora quando a sociedade tem mais tempo livre, então, por hipótese, a redução da jornada de trabalho poderia ser uma forma de mensurar essa dimensão, através de um indicador que é a própria variável da dimensão. Nesse ponto é importante ressaltar que a redução da jornada de trabalho, vista no capítulo anterior não se apresenta como uma abordagem sobre os efeitos na economia, como por exemplo o impacto da redução da jornada nos indicadores econômicos, apenas apresenta a redução do tempo de trabalho como um ganho para os trabalhadores, partindo da perspectiva de que aquela redução na jornada de trabalho aumentaria os níveis de lazer, considerando que o lazer está contemplado no tempo de não obrigação.

A figura a abaixo demonstra de forma visual a adição de uma nova dimensão no IDH chamada de uso do tempo:

Figura 1 - IDH com a adição da Dimensão Uso do Tempo.



Fonte: Elaborado pelo próprio Autor a partir do RDH (2010).

Se abordarmos o lazer na perspectiva de equipamentos, podemos ampliar o entendimento de equipamentos culturais estabelecida no IEQV e propor uma dimensão do IDH que aborde outros tipos de espaço. Segundo Silva (2005) os parques urbanos, os logradouros públicos (grandes avenidas com amplas calçadas) lagos e lagoas urbanizados são espaços de lazer.

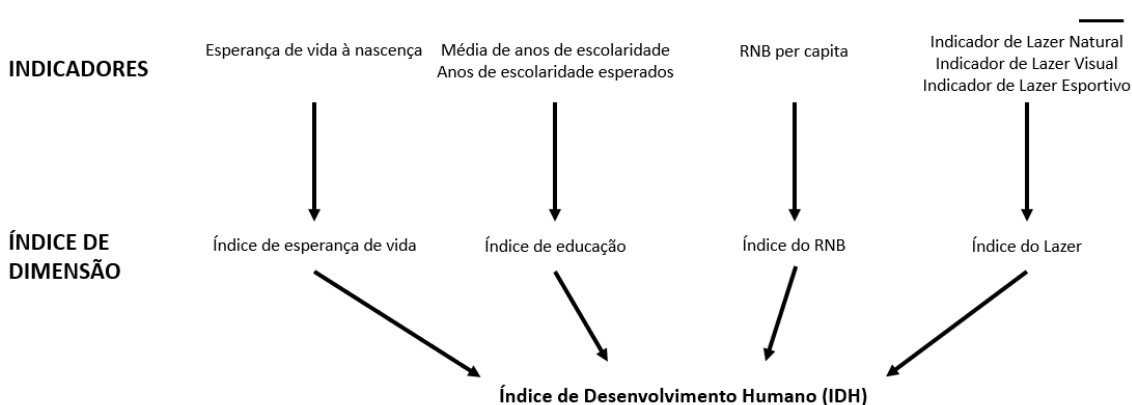
Silva (2005) descreve os espaços urbanos de lazer como locais que atingem diferentes estratos sociais e possuem múltiplos usos. Para a classe média, esses espaços são utilizados para se exercitar, socializar e relaxar, através de atividades como caminhadas, corridas e conversas informais, contribuindo para a saúde física e mental de forma acessível. Já para as camadas mais populares, esses espaços representam opções de lazer e encontros, muitas vezes sendo utilizados como lugares de paquera e festa. Além disso, são palcos para programas culturais populares e eventos promovidos pelas autoridades políticas, refletindo a diversidade de atividades e interações que ocorrem nesses espaços urbanos de lazer.

Nesse sentido, além de considerar parques e espaços urbanos expandiríamos a dimensão de lazer e poderíamos propor a inclusão de mais indicadores, que por hora se chamará de Indicador de Lazer Natural (ILN) todo

o conjunto de bosques e praias de um município ou região. Além disso, uma outra variável poderia ser o conjunto de teatros e cinemas, nesse caso, por hora se chamará de Indicador de Lazer Visual (ILV), além desses, também os espaços de campos de futebol, quadras esportivas e poliesportivas podem compor um outro indicador de lazer, esse por sua vez, por hora se chamará Indicador de Lazer Esportivo (ILE).

O indicador de dimensão lazer será composto pela combinação dos indicadores ILN, LIV e ILE, conforme pode ser observado na figura abaixo:

Figura 2 - IDH com a adição da Dimensão Lazer.



Fonte: Elaborado pelo próprio Autor a partir do RDH (2010).

Vale destacar que, em termos de dimensão do lazer, a localidade observada pelo IDH com menor número de instrumentos de lazer, de acordo com as descritas acima seria menos desenvolvida em termos de dimensão Lazer do que as localidades que tem o maior conjunto de instrumentos de lazer.

É importante ressaltar que cada variável da dimensão lazer precisa ser balizada por valores balizadores, que de acordo com o RDH (2010) significa que o índice da dimensão deve ser construído considerando o valor real, menos o valor mínimo dividido pelo valor máximo menos o valor mínimo, dessa forma, é possível balizar o índice da dimensão para efeitos de comparação com outras localidades. Esta forma de balizar as variáveis se trata

do método adotado pelo PNUD no cálculo do IDH para adequar seus indicadores².

Além disso, ainda é possível atribuir peso diferente para cada indicador da dimensão lazer com o intuito de dar mais equidade comparativa entre as localidades. É possível verificar melhor a referida atribuição de pesos diferentes como demonstrou a nota técnica n° 1/2022 onde

deu-se maior peso à frequência escolar em relação à escolaridade (2 para 1) com o intuito de valorizar os esforços voltados para melhoria da educação da população mais jovem, haja vista os elevados níveis de evasão escolar, sobretudo nos últimos anos (PNUD BRASIL; IPEA; FJP, 2022, p. 7).

As variáveis dos indicadores também podem ser ponderadas para a proporção da população observada, se por mil habitantes, se por cem mil ou por milhão. Por exemplo, o número de quadras esportivas para cada mil habitantes de um município, ou o número de teatros de um país para cada milhão de habitantes. Ademais, também é possível validar os indicadores de forma quantitativa³.

Partindo da constatação que o lazer permeia algumas dimensões do desenvolvimento e se relaciona com a saúde, como foi apresentado em Batista, Ribeiro e Júnior (2012) numa terceira possibilidade, poder-se-ia incluir indicadores de lazer na dimensão longevidade, mas ressaltando que essa abordagem precisaria de uma evolução, pois a dimensão longevidade como está estabelecida não cabe um indicador de lazer, pois essa dimensão é objetivada para observar se as pessoas terão uma vida longa. A ampliação da dimensão longevidade para uma dimensão mais abrangente como uma dimensão 'saúde' viabilizaria a inclusão de indicadores de lazer.

Foi observado que é possível medir o lazer enquanto dimensão e enquanto indicador, a necessidade de inclusão dele no IDH parte do princípio

² Para mais informações sobre valores balizadores, consultar o RDH 2010 (p. 225) no Link: https://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/PNUD_HDR_2010.pdf

³ A métrica de verificação/validação quantitativa de indicadores que discute as técnicas de mensuração, estão disponíveis em: (JANNUZZI, 2005); (SICHE et al., 2007); (VIDIGAL, 2014).

de que o Índice de Desenvolvimento Humano é uma métrica importante para aferir o desenvolvimento de países, regiões e municípios⁴.

Por sua vez, cabe enfatizar que o estabelecimento de uma classificação orientada, finita e coerente segundo Dumazedier (2008) para o lazer é um desafio e está sujeito a críticas, pois ela não é dada, mas construída a partir de empirismo, teoria e revisão bibliográfica com base em estudos de caso.

Ainda, é fundamental salientar que todo esse processo de discussão do IDH de modo a incluir o lazer enquanto métrica para o desenvolvimento, não se trata de uma crítica ao índice, como vimos, o IDH é um marco histórico na avaliação do desenvolvimento. A meta aqui, é contribuir com novas perspectivas para avaliar o complexo desenvolvimento humano.

⁴ Verificar o IDH na avaliação de políticas públicas nacionais em RDH (2010, p.56) – e políticas públicas municipais em Rodrigues (2018) e Bohn, Ervilha e Adalberto (2016; 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo representou uma tentativa de ampliar a compreensão do desenvolvimento humano ao integrar o lazer como uma dimensão importante. Ao longo desta pesquisa, ficou claro que o lazer não deve ser considerado apenas como um intervalo entre obrigações como era considerado na revolução industrial, mas sim como um componente vital para a qualidade de vida, saúde mental e bem-estar geral das pessoas.

Ao revisar a história do lazer, observou-se que sua importância transcende o simples contraponto ao trabalho, tornando-se uma parte intrínseca da experiência humana e da cultura. Além disso, a capacidade de medir o lazer, seja através de métricas como o Índice de Felicidade Interna Bruta ou o Índice Econômico de Qualidade de Vida, oferecem contribuições valiosas para mensurá-lo.

Compreender que o lazer desempenha um papel relevante na vida e no bem estar das pessoas é um passo importante na busca por mensurá-lo, incluir o lazer no IDH significa não somente ampliar a capacidade do IDH, mas também considerar o valor do lazer na sociedade.

A sugestão de integrar o lazer como uma dimensão do IDH se destaca como uma abordagem pioneira, que reafirma a relevância essencial do lazer no avanço humano. Ao fornecer duas perspectivas distintas de mensuração, o uso do tempo e os instrumentos culturais, este estudo não busca apenas ampliar, mas também agregar novas ideias na nossa compreensão do desenvolvimento humano.

É importante salientar que dadas as propostas de mensuração do lazer, estas estando relacionadas enquanto dimensões do desenvolvimento ancorada no próprio IDH, pois de nada adianta uma oferta abundante, seja ela pública ou privada de equipamentos culturais e de lazer, se não houver tempo disponível das obrigações para as pessoas desfrutarem de lazer. A relação oposta também é válida, não há lazer quando há um aumento do tempo livre das obrigações e não há equipamentos e/ou espaços para realizá-lo.

É esperado que essa temática seja cada vez mais discutida para que possa ser melhorada. É importante ressaltar que esta pesquisa não busca

criticar o IDH, mas sim enriquecê-lo, visto que é uma importante métrica do desenvolvimento humano e comumente considerado na avaliação das políticas públicas. Trata-se de uma abordagem teórica, com fins às propostas de aplicação empírica que reconhece o valor do lazer para o desenvolvimento em sua visão humanizada a abordagem que visa as pessoas em primeiro lugar e para o próprio IDH.

REFERENCIAS

AGENCIA SENADO. **Redução da jornada de trabalho deve voltar à pauta do Senado em 2024**. 2024. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/19/reducao-da-jornada-de-trabalho-deve-voltar-a-pauta-do-senado-em-2024#:~:text=Redu%C3%A7%C3%A3o%20da%20jornada%20de%20trabalho%20deve%20voltar%20%C3%A0%20pauta%20do%20Senado%20em%202024,-Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=Trabalhar%20quatro%20dias%20da%20semana,grande%20parte%20dos%20trabalhadores%20brasileiros.>
Acesso em: 3 mar. 2024.

ARRUDA, Marcos. As nove dimensões do fib. **Instituto Visão Futuro Parque Ecológico**, Porangaba, 2009. Disponível em: https://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2016/11/PUB_MA_2009_003.pdf Acesso em 17 abr. 2024.

BATISTA, Janir Coutinho; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; JUNIOR, Paulo Cezar Nunes. Lazer e promoção de saúde: uma aproximação conveniente. **Licere**, Belo Horizonte: v.15, n.2, jun/2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/729>> Acesso em: 23 fev. 2024.

BIANCO, Tatiani Sobrinho Del; SOUZA, CRUZ, Edicléia Lopes Da; OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery De; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. A felicidade da população trabalhadora de Cascavel/PR segundo a métrica do índice de Felicidade Interna Bruta. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. set./dez. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/urbe/a/SBgPhnZDy3gvP5mtcMd9z5M/abstract/?lang=pt>> Acesso em 23 abr. 2024.

BOHN, Liana; ERVILHA, Gabriel Teixeira; DALBERTO, Cassiano Ricardo. IDHM e eficiência: o desenvolvimento municipal sob um novo prisma. Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia, 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i6-7b26220323e6f3f4182a4409b1c768cc.pdf. cesso em 19/03/2024.

BOHN, Liana; ERVILHA, Gabriel Teixeira; DALBERTO, Cassiano Ricardo. A eficiência pública municipal como dimensão do desenvolvimento. Ipea. planejamento e políticas públicas | ppp | n. 56 | out./dez., 2020. Disponível em DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppp56art1>. Acesso em 19/03/2024.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 fev. 2024

CARVALHO, Nicole Stephanie Florentino de Sousa; CARDOSO, Gil Célio de Castro; FROTA, Antonio Jackson Alcantara. A construção do conceito de

desenvolvimento sustentável à luz da teoria econômica trajetória, desafios e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 156-167, jan./mar., 2022. Disponível em:

<<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/viewFile/1342/923>>

Acesso em: 18 jan. 2024.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FIORE, Eraldo Genin; KUWAHARA, Mônica Yukie; SILVA, Roseli da; MACIEL, Vladimir Fernandes. Proposta de indicadores para a qualidade de vida no município de São Paulo. **Revista de Economia Mackenzie**, V 5 n. 5 , p. 102-128, 2007. Disponível em:

<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/issue/view/69> Acesso em: 25 abr. 2024.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435210/mod_resource/content/3/FURTADO%20Celso%20-%20O%20Mito%20do%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20C%C3%ADrculo%20do%20Livro.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 37–42, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643216>> Acesso em: 14 fev. 2024.

GOMES, Christianne Luce. Lazer necessidade humana e dimensão da cultura. Revista **Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430> Acesso em: 20 abr. 2024.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MONTEIRO, Antonio Miguel V; AMARAL Silvana. Índice de Desenvolvimento e de Desigualdade. Apresentação de Slides. PDF, [2015?]. Disponível em: <http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457cst310:aulas2019:19_pop_estimat.pdf> Acesso em: 23 dez. 2023.

MORAES, José Orozimbo de. **Economia ambiental instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável**. 1 ed. São Paulo, Centauro, 2009. ISBN 978-85-7928-003-0.

NEF Núcleo de Estudos do Futuro, Cátedra Ignacy Sachs. **Pontifícia Universidade Católica** de São Paulo. Disponível em: <<https://www5.pucsp.br/catedraignacysachs/ignacy-sachs.htm>> Acesso em: 20 jan. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, 1948. Disponível em : chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em :20 abr. 2024.

PNUD Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil. Disponível em: < <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-rdh#:~:text=O%20PNUD%20publica%20anualmente%20um,nacionais%2C%20incluindo%20os%20do%20Brasil.>> Acesso em: 3 fev. 2024.

PNUD (RDH 1990). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (1990). **Human Development Report 1990**. Defining and measuring human development. New York, 1990.

PNUD (RDH 2010). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**: A Verdadeira riqueza das nações vias para o desenvolvimento humano. Nova Iorque, 2010.

PNUD (RDH 2013). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2013**: A Ascensão do sul progresso humano num mundo diversificado. Nova Iorque, 2013.

PNUD Brasil; IPEA; FJP. **Radar idhm nota metodológica de idhm 2022 n° 1/2022**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca> Acesso em: 14 dez. 2024.

PNUD Brasil; IPEA; FJP. **Aspectos metodológicos da estimativa da dimensão Longevidade do idhm – brasil, 2012 a 2021**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca> Acesso em: 14 dez. 2024.

REZENDE, Maria José de. Os relatórios do desenvolvimento humano (RDHS/PNUD/ONU) da década de 1990 e as propostas para enfrentar as múltiplas formas de desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 121-147, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/18003>> Acesso em: 10 fev. 2024.

RODRIGUES, R.N.S. Análise evolutiva do IDHM do município de São Caetano do Sul: um estudo comparativo de 1991 a 2010. 2018. 63 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1999.

SICHE, R.; AGOSTINHO, F.; ORTEGA, E.; ROMEIRO, A. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v.10, n.2, p.137-148, 2007.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/3w6kjV8dSdqVtPbxMBzW3Rg/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVA, Débora Alice Machado da; STOPPA Edmur Antonio; ISAYAMA Helder Ferreira; MARCELLINO, Nelson Carvalho; MELO, Victor Andrade de. **A importância da recreação e do lazer**. 1 ed. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011. Disponível em: <

https://www.academia.edu/6680443/A_IMPORT%C3%82NCIA_DA_RECREA%C3%87%C3%83O_E_DO_LAZER> Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, Edimara. Aranha. Lazer nos espaços Urbanos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 1, p. 54-69, 1 nov. 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1336> Acesso em: 23 abr. 2024

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. ISBN 85-7617-051-5.

VIDIGAL, NC. B. R. Índice de Bem-Estar Econômico: uma proposta para os estados brasileiros. Fortaleza: **Banco do Nordeste do Brasil**, 2014.